



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

238

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0025583-0/02

EMBARGANTE: PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (atual denominação social de Price Waterhouse Auditores Independentes)

EMBARGADO: Município do Recife

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Em juízo de admissibilidade recursal, observou-se que o acórdão embargado restou disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário de Pernambuco no dia **12 de janeiro de 2010** (terça-feira). 2. Nos termos dos §§ 3º e 4º do Art. 4º da Lei Federal nº 11.419/06, "Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico", sendo certo que "Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação" (no mesmo sentido, cf. §§ 1º e 2º do Art. 6º da Resolução/TJPE nº 279/2009). 3. Nesse contexto, haja vista que o **decisum** recorrido foi **disponibilizado** no Diário da Justiça Eletrônico no dia **12 de janeiro de 2010** (terça-feira), considera-se como data da **publicação** o primeiro dia útil subsequente, *in casu*, o dia **13 de janeiro de 2010**, quarta-feira (cf. certidão de publicação à fl. 127 dos autos do referido agravo regimental). 4. Assim, na hipótese em lide, considerada a publicação do acórdão impugnado em 13 de janeiro de 2010 (quarta-feira), o **início do prazo** se deu no dia **14 de janeiro de 2010** (quinta-feira), **encerrando-se** no dia **18 de janeiro de 2010**, segunda-feira (cf. art. 536 do CPC). 5. Nessa perspectiva, e tendo em conta a interposição do presente recurso no dia **19 de janeiro de 2010**, terça-feira (cf. protocolo à fl. 02), revelam-se intempestivos os embargos em apreço. 6. Precedentes do STJ. 7. Aclaratórios não conhecidos, à unanimidade dos votos.

R  
5527

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração nº 0025583-0/02, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em não conhecer dos aclaratórios - em face de sua intempestividade -, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 11 de fevereiro de 2010 (data do julgamento).

  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

239

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0025583-0/02

EMBARGANTE: PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (atual  
denominação social de Price Waterhouse Auditores Independentes)

EMBARGADO: Município do Recife

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração** interpostos em face de acórdão proferido nos autos do Agravo Regimental nº 0025583-0/01, apenso.

Pretende-se o suprimimento de alegadas omissões quanto à aplicação de dispositivos constitucionais e legais referentes à cobrança de ISS a sociedades profissionais.

É o relatório, no essencial.

Em juízo de admissibilidade recursal, observo que o acórdão embargado restou disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário de Pernambuco no dia **12 de janeiro de 2010** (terça-feira).

Com isso – e nos termos dos §§ 3º e 4º do Art. 4º da Lei Federal nº 11.419/06 –, “*Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico*”, sendo certo, ainda, que “*Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação*” (no mesmo sentido, cf. §§ 1º e 2º do Art. 6º da Resolução/TJPE nº 279/2009).

Nesse contexto, haja vista que o *decisum* recorrido foi **disponibilizado** no Diário da Justiça Eletrônico no dia **12 de janeiro de 2010** (terça-feira), considera-se como data da **publicação** o primeiro dia útil subsequente, *in casu*, o dia **13 de janeiro de 2010**, quarta-feira (cf. certidão de publicação à fl. 127 dos autos do referido agravo regimental).

Assim, o prazo processual para interposição de eventuais recursos terá início “*no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação*” (§ 4º, do Art. 4º, da Lei 11.419/06); na hipótese em lume, considerada a publicação do acórdão impugnado em 13 de janeiro de 2010 (quarta-feira), o **início do prazo** se deu no dia **14 de janeiro de 2010** (quinta-feira), **encerrando-se** no dia **18 de janeiro de 2010**, segunda-feira (cf. art. 536 do CPC).

Nessa perspectiva, e tendo em conta a interposição do presente recurso no dia **19 de janeiro de 2010**, terça-feira (cf. protocolo à fl. 02), revelam-se intempestivos os embargos em apreço.

*LM*

EMI1 DECL 0025583-0/02



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

240

Em hipóteses similares, assim se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTEMPESTIVOS. NÃO-CONHECIMENTO. PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO. DISPONIBILIZAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 4º DA LEI 11.419/2006.

1. São intempestivos embargos de declaração opostos fora do prazo legal de 5 (cinco) dias, previsto no art. 536 do Código de Processo Civil.

2. *In casu*, o acórdão que negou provimento ao agravo regimental foi disponibilizado no Diário de Justiça eletrônico em 28.10.2008, terça-feira, considerando-se publicado no dia seguinte, ou seja, em 29.10.2008, quarta-feira. Por força do art. 4º, §§ 3º e 4º, da Lei n. 11.419/06, o termo inicial do decurso dos prazos referentes a publicações disponibilizadas no DJe dá-se no dia seguinte ao da publicação, portanto, 30.10.2008, fixando-se o termo *ad quem* para os embargos de declaração em 3.11.2008, segunda-feira. No entanto, a oposição dos embargos de declaração efetivou-se em 4.11.2008, ou seja, após o termo final do prazo. Portanto, intempestivo o recurso.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl nos EDcl no AgRg no Ag 977.477/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 07/05/2009, DJe de 27/05/2009).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO. DISPONIBILIZAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 4º DA LEI 11.419/2006. INTEMPESTIVIDADE. PRECEDENTES DO STJ. PARCIAL ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

1. É intempestivo o agravo regimental interposto fora do prazo de cinco dias, previsto no art. 557, § 1º, do CPC, c/c o art. 258 do RISTJ.

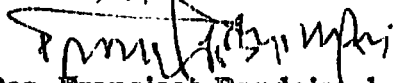
2. *In casu*, o acórdão que negou provimento ao agravo regimental de fls. 62/66 foi disponibilizado no Diário de Justiça eletrônico em 15.10.2008, quarta-feira, considerando-se publicado no dia seguinte, ou seja, 16.10.2008, quinta-feira. Por força do art. 4º, §§ 3º e 4º, da Lei 11.419/2006, o termo inicial dos prazos referentes às publicações disponibilizadas no DJe dá-se no dia seguinte ao da publicação, portanto, 17.10.2008, fixando-se o termo *ad quem* para o agravo regimental em 21.10.2008, terça-feira. Entretanto, a interposição do referido agravo efetivou-se em 23.10.2008, ou seja, após o termo final do prazo. Portanto, não merece reforma a decisão de fls. 68/69, que não conheceu do referido agravo regimental, diante de sua manifesta intempestividade.

3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem alteração do julgado.

(EDcl no AgRg na PET no RMS 26.969/RS, Relª. Minª. Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 03/12/2009, DJe de 11/12/2009).

Ante o exposto, **não conheço** dos presentes embargos de declaração, em face de sua **intempestividade**.

Recife, 11 de fevereiro de 2010.

  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator